



**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA
Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

"How can local and regional authorities, politicians, stakeholders from marine professional sectors and civil society, encourage citizens to take sustainable management of the oceans seriously?"

Forum Blue Planet

Bruxelas, 27 de Novembro de 2007

Political Round Table(11:30 – 13:00)

Gostaria, em primeiro lugar, em nome do Presidente do Governo Regional dos Açores, de cumprimentar todos os presentes e, em particular, de saudar e agradecer ao senhor Presidente do Comité das Regiões, Michel Dellebarre, e ao senhor Comissário Europeu para as Pescas e Assuntos do Mar, Joe Borg, o convite para estar presente nesta mesa redonda e a possibilidade que é dada aos Açores de apresentarem aqui, neste importante Fórum, a visão de uma Região Insular, Atlântica e Ultraperiférica da União Europeia, sobre a gestão sustentável dos Mares e a sua relação com os cidadãos.

Infelizmente, questões de agenda política interna exigem a presença de Sua Excelência o Presidente do Governo na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (discute-se, neste momento, o plano e orçamento da Região para 2008) e motivaram a impossibilidade da sua deslocação, hoje, a Bruxelas, pelo que, em sua representação, caber-me-á tecer algumas considerações, procurando contribuir para o debate que se seguirá.

Partindo, sem mais delongas, para o objecto da nossa discussão, referirei o conceito básico para a nossa discussão de hoje: - o aproveitamento dos recursos



**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA
Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

que os mares e oceanos da Europa nos proporcionam, promovendo o crescimento económico e a melhoria das condições de vida das nossas populações de um modo sustentável exige, sem dúvida, um esforço conjunto de todos os parceiros sociais.

Assim, para se atingir este objectivo - que é a melhor garantia para as gerações futuras - a questão que se coloca, com especial preeminência, é, sem dúvida, a de saber como obter a adesão e o contributo de todos.

Os Açores, como Região Autónoma da República Portuguesa dotada de poderes e competências em áreas como o ambiente e os assuntos do mar, cedo perceberam que só seria verdadeiramente possível alcançar este objectivo - e em particular a gestão sustentável do vasto oceano que nos rodeia - através do envolvimento e participação activa de todos os actores relevantes, numa verdadeira estratégia *multi-stakeholder*, em que cada um, ao seu nível, desenvolveria mecanismos que contribuem para o objectivo global de preservação das espécies e habitats, assim como o desenvolvimentos económico e social dos Açorianos.

Neste sentido, a actuação do Governo dos Açores tem se traduzido numa eficaz regulamentação e planificação, contando com o forte diálogo e envolvimento das Associações de Pescadores, das Associações de Armadores e das Associações da Indústria Transformadora de Pescado (enquanto sectores económicos vitais da região), da Universidade dos Açores (enquanto centro de conhecimento e investigação), de actores emergentes, como as empresas turísticas ligadas ao mar, assim como de Organizações Não Governamentais, como o WWF ou Greenpeace, e, por fim, mas não menos importante, a sociedade civil, enquanto parceiros para a construção de consensos alargados sobre o mar.



**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA
Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

Sem prejuízo de se salientar que este é um trabalho de todos e que é da dinâmica e inserção multi-sectorial de várias actividades e iniciativas que se constroi e consolida uma cultura de “gestão sustentável dos oceanos”, deixem-me dar-vos alguns exemplos práticos, sectoriais, que demonstram melhor a implementação desta abordagem na minha Região.

Permitam-me, não obstante, que comece por salientar a importancia que o Mar reveste para a Região Autónoma dos Açores, facilmente demonstrada por alguns números:

- Os Açores são contituidos por nove ilhas, cujas áreas variam entre os apenas 17 Km2 da ilha do Corvo e os 750 Km2 da ilha de São Miguel e cujas populações oscilam, respectivamente, entre os 400 e os cerca de 120.000 habitantes.

- A localização no Atlântico, a 1.500 km do continente Europeu e a 3.500 Km da América do Norte e a distribuição do arquipélago por cerca de 600 km de oceano refletem-se, por sua vez, na impressionante área da Zona Económica Exclusiva dos Açores, com mais de 953.000 km2.

Assim, a estas características geográficas, que moldaram a índole do povo e a sua relação intensa com o mar, além da natural importância económica dos seus recursos, acresce ainda uma dimensão política na visão açoriana dos assuntos do Mar: - o regime autonómico e a competência política e legislativa em áreas como as pescas, o ambiente, a gestão da orla costeira, os transportes marítimos ou portos.



**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA
Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

Permitam-me, então, que vos transmita uns breves exemplos de como a actuação de vários parceiros nos Açores contribuem para um objectivo comum, a saber, a preservação dos mares e a consolidação do exercício de uma cidadania profundamente ligada à sustentabilidade dos recursos. Começemos por um exemplo que me é particularmente caro e especialmente simbólico:

Em 1999, os pescadores da ilha do Corvo – a ilha mais pequena do Arquipélago dos Açores, com 17 km² e cerca de 400 habitantes - resolveram declarar, por sua própria iniciativa, uma área marinha como Reserva Voluntária.

Consequentemente, passou a não haver capturas de espécies marinhas numa determinada zona, denominada “Caneiro dos Meros” e, graças a esta reserva voluntária dos pescadores, permitiu-se a renovação dos stocks de uma variedade de espécies, que acabaram, por um lado, por povoar outras zonas (e possibilitar, assim, o aumento da pesca e rendimentos dos pescadores) e, por outro, o incremento da actividade local de mergulho, cuja empresa pôde passar a “vender”, imersões com garantia de visibilidade de meros de mais de 20 quilos.

Este processo foi assegurado e acompanhado por parte de biólogos do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, que transmitiram informação eficientemente aos pescadores e integraram-se num processo de diálogo e negociação.

E assim, esta atitude voluntária dos Pescadores locais, numa pequena localidade, abriu-lhes portas a uma actividade turística sustentável e de crescente rentabilidade, permitindo ainda uma melhoria do volume de capturas da pesca tradicional. Escusado será dizer que, na ilha do Corvo, a gestão sustentável do oceano é levada muito a sério...



**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA
Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

Outro bom exemplo na Região da cooperação por parte dos diferentes *stakeholders* que dependem economicamente do mar e a transmissão de uma mensagem positiva para o público, diz respeito à adesão por parte das empresas de pesca de atum na Região ao método “dolphin safe”, salientando-se que, até 2003, o Programa para a Observação da Pesca dos Açores - que possibilita a obtenção do estatuto “dolphin-safe” - foi financiado, em grande parte, pela Associação de Indústrias de Conserva de Peixe dos Açores, que representa a Indústria Conserveira e pela Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores, que representa os Armadores do atum.

Um outro exemplo ainda (e para não nos alongarmos) diz respeito à promoção de iniciativas de limpeza subaquática por parte de empresas de mergulho em zonas particularmente expostas à poluição - como marinas e portos -, com o envolvimento particular de cidadãos que exercem a actividade de mergulho. Este tipo de iniciativas conjuntas entre empresas e cidadãos abre, também, novas pontes para o público, de consciencialização e conhecimento ambiental.

Já a um nível institucional, a importância da investigação científica e a descoberta e desenvolvimento de novas tecnologias é, também e acima de tudo, um meio fundamental de diversificação da actividade económica, bem como do planeamento e sustentabilidade da exploração dos recursos marinhos, mas também, se devidamente acompanhada de uma estruturada política de comunicação, um factor de adesão do público em geral para a importância da inovação, como factor adicional para o sucesso de desenvolvimento sustentável sem perda de rendimentos para as populações.

Nos Açores, por isso, a intervenção governamental tem sido desde sempre acompanhada pelo Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, cujas áreas de intervenção específica sempre se revelaram de extrema importância para a elaboração de políticas cientificamente orientadas e



**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA
Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

sustentáveis, como, por exemplo, no estudo dos mananciais pesqueiros ou no apoio à gestão das áreas marinhas protegidas, e ainda no âmbito da inovação e desenvolvimento de tecnologias de ponta, como é o caso do estudo dos fundos marinhos do Atlântico Norte. A actuação da Universidade tem sido, obviamente, um factor fundamental de adesão da população em geral e do sector pesqueiro em particular para a importância e seriedade da gestão sustentável do Mar.

A todos estes exemplos acima referidos, as autoridades Regionais devem corresponder com uma política e uma cultura de diálogo com os parceiros, de incentivo e disseminação de boas práticas, de suporte científico para a gestão e conservação dos recursos, de comunicação com a sociedade civil e, acima de tudo, como condição essencial para se obter uma adesão generalizada às necessidades do desenvolvimento sustentável, de coerência nos vários sectores e níveis do poder.

Como um bom exemplo desta coerência e colaboração de actuação entre vários níveis – regional, nacional e internacional -, darei como exemplo que o Estado português conseguiu, no âmbito de uma proposta avançada pela Região Autónoma dos Açores, declarar como Área Marinha Protegida, no âmbito da OSPAR, uma zona fora da ZEE de Portugal, a saber, a fonte hidrotermal de grande profundidade *Rainbow*, garantindo-se ainda a possibilidade da sua gestão a partir da Região. Esta foi, assim, uma resposta regional e nacional ao desafio da Organização das Nações Unidas no sentido de alguém se responsabilizar pela gestão das áreas do Alto Mar. E os cidadãos sentem que as autoridades públicas interessam-se pelo nosso Mar.

Assim, por coerência quero expressar o sentido de que as autoridades regionais e os políticos devem, para mais, não só servir de porta-voz aos justos interesses do desenvolvimento sustentável junto de instâncias superiores, mas ser, acima de tudo, os seus mais acérrimos defensores. Só



**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA
Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

uma acção coerente, a nível regional, nacional e, neste caso, da União poderá levar à adesão de todos para a problemática e necessidade de gestão sustentável dos Mares.

Nesta linha, não podemos, em consciencia, neste fórum e neste momento de particular significado que se traduz no lançamento de um plano de acção no âmbito da a Política Marítima Europeia, de afirmar que também a União tem de ser coerente com os objectivos que pretende defender e a sua actuação deve respeitar e defender as boas práticas das suas regiões, sob pena de – não obstante consequências mais graves – afastar os próprios cidadãos da sua Política.

A questão é que os cidadãos da Europa, em particular os cidadãos dos Açores, devem sentir e ver consagradas na actuação da União os princípios da gestão sustentável dos recursos, da boa adaptação das medidas legislativas às realidades locais e regionais do espaço marítimo da União, e ainda a garantia de equilíbrios ambientais e sócio-económicos únicos.

As autoridades regionais dos Açores, realce-se, agiram e continuarão a actuar, sempre, com coerência e na justa defesa do princípio da precaução e da gestão sustentável, mas, mais do que isso, é necessária uma coerência integrada entre os vários níveis de poder – regional, nacional e da União .

Em suma,

A adesão dos cidadãos europeus e o nível de seriedade com que encaram a gestão sustentável dos oceanos, depende, assim, directamente da seriedade e do sucesso da aplicação das medidas da União, do seu respeito pela subsidiariedade e, acima de tudo, pelo Pilar Ambiental da sua Política Marítima.



**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA
Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Venho de uma Região Insular, como tal, tem uma relação privilegiada com o Mar. É a centralidade atlântica que nos compensa a ultraperificidade europeia, é o mar que nos traz unidade e dimensão às nossas nove ilhas dispersas, é a riqueza das nossas zonas marinhas que nos asseguram um futuro.

Os açorianos levam, por isso, desde há muito tempo, a sério, a gestão sustentável dos seus recursos marinhos. Merecem, por isso, continuar a serem incentivados e apoiados pelas autoridades públicas, regionais, nacionais e europeias, numa política integrada, coerente e verdadeiramente defensora dos nossos Mares.

Disto dependo o futura da minha, e das nossas, Regiões.

Obrigado pela Vossa Atenção

Rodrigo Oliveira

Director Regional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Secretário Regional da Presidência
Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa

Palácio da Conceição
Rua 16 de Fevereiro, 9504-508 Ponta Delgada
Tlf. 296-204700 fax 296-629354
email: draece@azores.gov.pt